



PROMETEUS

FILOSOFIA EM REVISTA

Ano 2 - no.3 Janeiro-Junho/ 2009 ISSN 1807-3042

CRÍTICA DA ARROGÂNCIA PURA: A FILOSOFIA MAIS PERTO DA PURA RETÓRICA QUE DA CIÊNCIA DURA

Alberto Oliva

Doutor em Filosofia e professor do IFCS/UFRI

Resumo: O conhecimento científico tem ficado a meio caminho entre a *episteme* - ou a *veram & certam scientiam* postulada por Descartes - e a *doxa*. Entre os cientistas é cada vez maior o reconhecimento de que mesmo que a verdade tenha sido alcançada não se tem como saber enquanto a pesquisa prosseguir. Na aparência, a filosofia é em alguns autores e em determinados momentos de sua história explicativamente mais pretensiosa que em outros. A tese que defendemos é a de que, no fundo, a *hybris* explicativa é o traço distintivo dos Grandes Sistemas Filosóficos. A consciência metacientífica da falibilidade não tem contribuído para diminuir a arrogância explicativa da maioria das filosofias. E se a soberba intelectual tem sido maior no tratamento das questões que fomentam *disputationes* seculares é porque é difícil, ou quiçá impossível, se chegar a uma modalidade (objetiva) de conhecimento sobre os *Lebensproblemen*. Para piorar, no panorama filosófico contemporâneo a busca do conhecimento *provado* tem sido substituída com frequência pela arrogância do retoricismo, isto é, pelo discurso vazio que tenta se fazer passar por boa filosofia.

Palavras-chave: explicação; justificação epistêmica; significado cognitivo; retórica

Abstract: Scientific knowledge has been half way between *episteme* - or the *veram & certam scientiam* such as postulated by Descartes - and *doxa*. Among the scientists is increasing the recognition that even if the truth has been achieved nobody can know it while research is going on. In appearance, the philosophy is in some authors and in certain moments of its history explanatorily more pretentious than in others. The thesis that we advocate is that, at heart, explanatory *hybris* is the hallmark of the Great Philosophical Systems. The awareness of the metascientific fallibility has not helped to reduce the explanatory arrogance of most of philosophies. In addition, if the intellectual arrogance has been greater in the treatment of the issues that fuel secular *disputationes* is because it is difficult, or perhaps impossible, to arrive at a (objective) mode of knowledge about the so-called *Lebensproblemen*. To make matters worse, the contemporary philosophical landscape shows that the pursuit of proven knowledge has been often replaced by the arrogance of rhetoric, that is, the empty discourse that simulates to be good philosophy.

Key-words: explanation; epistemic justification; cognitive meaning; rhetoric.

“Há maior perigo em comprar conhecimento do que em comprar comida e bebida”.
(Platão)

“Só a obscuridade se presta à defesa da absurdidade”.
(Leibniz)

1. Do Maravilhamento à Necessidade de Conhecer

Como Platão (1965, p. 207) fizera no *Teeteto*, Aristóteles (1948, 982b) sublinha que a admiração é a força primeira que desencadeia a reflexão filosófica. Não fosse perturbada pelo assombro diante do grandioso e ameaçador espetáculo da natureza, pela curiosidade sobre as esferas celestiais e pelo desejo de decifrar a si mesma, a espécie humana provavelmente teria se dedicado à elaboração de um “saber meramente de subsistência”. O homem despenderia muito menos energia na busca de conhecimento se dele não precisasse para sobreviver.

Além do desafio de controlar as forças cegas da natureza, o ser humano anseia se conhecer, identificar os fatores que o fazem ser o que é. Em busca da decifração de si mesmo almeja desvendar os mecanismos que tornam possível sua inteligência, os que regem sua vontade e os que suscitam seus desejos e interesses. A falta de utilidade prática das especulações e a ausência de resultados consensualmente endossados não têm sido suficientes para travar a expansão da filosofia porque o homem é um animal que, ao não se contentar com a resolução de quebra-cabeças localizados, busca desvendar os porquês gerais.

Não houvesse o fantasma da dor a rondar seu corpo e sua alma e não tivesse consciência de sua finitude e incompletude – não fosse um problema para si mesmo - talvez o homem não sentisse tanta necessidade de se conhecer, de especular sobre sua existência e explicar os intrincados enredos da natureza. A vida possivelmente seria pura fruição, jorrante gozo pelas cascatas dos sentidos. Não se sentisse provocado a explicar tanto o que está fora quanto a compreender o que está dentro de si, o homem seria levado a empregar menos esforço físico e energia mental na produção de teorias filosóficas e sociais que chegam a resultados muitas vezes questionáveis e quase sempre questionados.

Não passa de truísmo afirmar que se o homem não tivesse tido a ventura e a capacidade de desencadear o processo de busca sistemática do chamado conhecimento proposicional – o *know that* por oposição ao *know how* - a história (social) da humanidade não teria a riqueza que hoje ostenta. Talvez só existisse a história natural, visto que o existir humano se reduziria ao congênito - à mera reiteração das predisposições e dos instintos. Talvez sequer tivesse chegado até aqui a espécie humana. Se num primeiro momento as necessidades e as urgências de sobrevivência foram decisivas para que fosse iniciada a aventura intelectual da espécie humana, numa segunda etapa as motivações mais eminentemente teórico-especulativas tornaram possíveis formas de investigação complexas como a filosofia.

Assim como a identidade pessoal, as ações humanas derivam em boa parte das crenças professadas. Os fatos que num primeiro momento precipitam a busca de idéias passam

num segundo momento a ser afetados por elas. O problemático é que os rumos dados à vida individual ou social resultam do endosso de crenças que na maioria dos casos se mostram desprovidas de bons fundamentos. A maioria das pessoas vive em consonância com crenças que não foram conscientemente escolhidas. Ou que pelo menos não foram refletidamente adotadas. Quer isso dizer que sua aceitação não se deu com base em (sólidas) razões. Quando alguém adota uma metafísica ou uma religião passa a perfilhar crenças que contribuem de forma decisiva para a assunção de determinadas atitudes diante da vida. E atitudes podem ser associadas à preferência por determinados padrões de comportamento.

O homem é o único ente que pode tomar a existência de tudo, e sua própria, como um quebra-cabeça e assim buscar para ela uma explicação imanente ou transcendente, materialista ou espiritualista etc. Ao abraçar um desses *ismos*, o homem fica refém de seus esquemas de categorização e conceituação da realidade. É fato que a busca de conhecimento torna inevitável ir além dos fatos da experiência imediata. Só que isso não é justificativa para se criarem mirabolantes especulações. O preço para se procurar apreender o eventual sentido da existência humana – para além da explicação do *ser das coisas* - não deve ser o vale-tudo metodológico. A intratabilidade lógico-empírica dos problemas da vida - os referentes ao sentido do ser e existir do homem - e a dificuldade, ou impossibilidade, de se *encontrarem* sentidos nas coisas – no mundo – não justificam o retorismo e o especulativismo.

2. Vastas Pretensões Cognitivas, Débeis Justificações Lógico-empíricas

Do *to apeiron* ao *Dasein*, passando pelo Espírito Absoluto, os filósofos se apresentam como semideuses da inteligência, como decodificadores dos códigos genéticos da Totalidade. Parecem se considerar Champollions - detentores da pedra de Roseta do Pensamento Puro - aptos a decifrar os hieróglifos da Realidade. A arrogância cognitiva fica explícita quando a filosofia elabora teorias substantivas, ou de primeira ordem, que ambicionam ser o alfa e o ômega da explicação da Realidade. Sem qualquer constrangimento epistêmico, o metafísico especulativo postula conhecer, por meio de meros exercícios de linguagem, as essências subjacentes ao cambiante espetáculo do mundo.

Da arrogância teórica o filósofo vai para a praxiológica quando assume o papel de líder espiritual capaz de ensinar a uma entorpecida humanidade o que fazer para se livrar das sombras do espírito e dos grilhões mundanos e marchar rumo à Terra Prometida. Além de terem uma agenda negativa devotada a desmontar falsas crenças e de se acreditarem capazes de elaborar teorias em perfeita correspondência com o que a realidade tem de essencial, os sistemas filosóficos demiúrgicos propõem o casamento do Conhecimento com a Revolução: a transformação total da sociedade à luz de um modelo considerado expressão da Verdade e da Justiça.

Em torno de pares como ser/ente, uno/múltiplo, absoluto/relativo, sujeito/objeto, razão/observação, estrutura/processo, natureza/convenção, ilusão/realidade, essência/aparência, certo/errado, bem/mal etc. se escreveram as grandes obras da filosofia. Há visões para os mais variados gostos intelectuais. A variedade de imagens de homem e visões de mundo estimula a adoção de determinadas *formas de vida* (Cf. Wittgenstein, 1968, §226). Por isso reduzir um sistema de idéias abstruso e semanticamente nebuloso a uma teia de equívocos lógico-conceituais é perder de vista sua capacidade de sugerir ao homem modos de ver que deságuam em modos de ser. A indefinida coexistência entre sistemas de idéias excludentes -

decorrente de a filosofia ser, aristotelicamente falando, mais um *logos semantikos* que um *logos apophantikos* - não configura apenas incomensurabilidade entre visões de mundo, mas também a expressão ou proposição de distintos modos de viver.

Independentemente de como se a concebe, a filosofia é prenhe de conseqüências prático-vivenciais em razão de propor com seus *ismos* modos e modelos de acesso à realidade pessoal, social e natural. Mesmo a filosofia que se devota a questões conceituais, ou de segunda ordem, exerce influência, ainda que bem menos direta, sobre os modos de viver. Dentre os distintos estilos de empreendimento interpretativo levados a cabo pela Filosofia têm maior impacto vivencial os que pretendem prover explicações sobre o Todo; os que estipulam padrões fundamentais de vida moral pela criação de uma metafísica que define o que é o homem, qual seu lugar no mundo e como deve se comportar; e os que elaboram teorias voltadas para a descoberta ou construção de sentidos para fatos e vivências (Cf. Hanfling, 1996; Klemke, 2000).

Tendo em vista que cada Escola filosófica adota seu modelo epistemológico, seu inventário ontológico e seu quadro axiológico, acreditamos ser procustiano emitir juízos sobre a filosofia como um todo. Como abriga escolas antagônicas, é inevitável que à filosofia falte um projeto cognitivo unitário. Talvez em respeito à profusão de teorias e visões excludentes que se aninham na Filosofia se devesse falar de filosofias. Mesmo ostentando mais *identidade interrogativa* que *convergência responsiva*, as filosofias possuem vários traços importantes compartilhados. Só que nem o mesmo as *disputationes* entre elas contribuem para a filosofia ser praticada com espírito falibilista.

A noção de progresso cumulativo pouco se aplica à filosofia em virtude de dificilmente uma *nova* teoria poder ser vista como um aprofundamento ou uma extensão das antecessoras. Na filosofia, conceitos vetustos são empregados sem gerar a impressão de anacronismo. Por não jogar quase nada fora, a filosofia que produz teorias de primeira ordem é ecologicamente correta: recicla o tempo todo conceitos simulando ajustá-los a contextos problemáticos pretensamente novos.

Pode-se dividir esquematicamente a Tradição Filosófica em três grandes períodos identificando em todos eles alguma forma de *hybris* explicativa. O primeiro, que vai da Filosofia Antiga (iniciada no século VII A. C) até o final do Pensamento Medieval (século XIV), é marcado pelo interesse central na ontologia, pela questão do Ser. Guardadas as diferenças, os pensadores devotados à constelação de problemas ontológico-metafísicos almejam determinar o que *é*, *tal qual é*; isto é, o que existe, para além das aparências, em si e por si. O conhecimento que perseguem tem a meta ambiciosa de revelar em que consiste a Realidade, de desvendar sua natureza última, sua essência. Esse tipo de filosofia é o mais pretensioso em termos explicativos e o que menos resultados tem conseguido obter. Em que pese a importância das questões ontológicas e metafísicas, hoje parece diminuto o potencial de respondê-las de forma substantivamente inovadora.

O segundo período se caracteriza por uma ruptura com o primeiro e marca o surgimento da Filosofia Moderna. Nele desponta como central a problemática do conhecimento e a tendência – nítida tanto em Bacon quanto em Descartes - a desqualificar os procedimentos metodológicos, sobretudo os calcados na silogística, anteriormente adotados. O que se pode conhecer e como justificar o que se supõe conhecer passam a ser as questões decisivas. A resposta que a elas é dada define o tratamento que pode ser dispensado ao estudo do ser e da estrutura da realidade. Se não é possível conhecer o Ser enquanto Ser é como se não existisse. Se como acreditam os empiristas modernos só a

“casca exterior” do Ser – o *phaenomenon* - é acessível aos sentidos, disso decorre que não são cognoscíveis, mesmo que existam, seus determinantes ocultos. Nesse caso, o que faz o Ser ser o que é não é – se inobservável - passível de conhecimento. Sendo assim, o mote poderia ser: o Ser é apenas e tão-somente o que se pode (sobre ele) conhecer.

A despeito de toda a ênfase que se passa a dar à gnosiologia, prevalece na filosofia moderna representada pela escola racionalista a pretensão justificacionista de se chegar a uma forma demonstrativamente certa de conhecimento. Alguns dos corifeus do racionalismo moderno exibem uma excessiva confiança nos poderes da razão de prover perfeita justificação para o que propõem como conhecimento. Para Descartes (1970, p. 5), o que é apenas provável sequer tem como se candidatar a ter valor cognitivo. Spinoza (1952, p. 219-22) declara que “é da natureza da Razão perceber as coisas verdadeiramente como são em si mesmas, não como contingentes, mas como necessárias”. E arremata: “é da natureza da Razão perceber as coisas [*sub species aeternitatis*] como possuindo certo aspecto de eternidade”.

Mesmo quando mostra excessiva confiança na experiência, o empirismo se afasta do justificacionismo ao reconhecer que sobre ela não há como alcançar algo com o estatuto de *proven knowledge*. Há por isso menos soberba intelectual no empirismo. Com Bacon (1952, p. 110) entra em cena a retórica “experencialista” à luz da qual a filosofia clássica passa a ser depreciada por sua tendência a produzir *antecipatio mentis*. O autêntico conhecimento, a *interpretatio naturae*, resulta do registro acurado de fatos e da adoção de procedimentos inferenciais indutivos que se afastam da *inductio quae procedit per enumerationem simplicem* por destacarem o papel da contra-evidência (*major est vis instantiae negativae*). É a atenção especial devotada ao *caso negativo* cria um freio importante à arrogância explicativa.

O terceiro período, já na filosofia contemporânea, representa a transição que desloca a prioridade investigativa da teoria do conhecimento para a filosofia da linguagem, do plano epistêmico para o sintático-semântico. Passa a prevalecer a questão lógico-lingüística sobre a gnosiológica. A questão “que podemos conhecer?” é substituída pela que indaga “que podemos com sentido dizer?” O mote *do linguistic turn* poderia ser: o Ser é o que se pode com sentido sobre ele dizer.

A produção de significado (cognitivo), precedida pelo descarte do *meaningless* ou *unsinnig*, passa a ser vista como condição de possibilidade para o conhecimento, já que este só pode ser alcançado por meio de uma linguagem logicamente confiável. Mesmo sendo correto sublinhar que as línguas naturais têm sua parcela de responsabilidade na formação das vazias especulações metafísicas, incorre em uma forma de *hybris* metaconceitual o *linguisticismo* que sustenta ser possível fazer desvanecerem-se os problemas filosóficos por meio da estrita *análise da linguagem*.

Dissecada pelo Empirismo Lógico (Cf. Carnap, 1966, p. 60-81) com a lupa rigorosa da lógica que a surpreende carente de conteúdo empírico e refém das deficiências lógicas da sintaxe das línguas naturais, a filosofia (especulativa) é desqualificada como projeto cognitivo. Suas grandiloqüentes construções sobre o Visível e Invisível, o Todo e as partes, o Ser e o não-ser, os particulares e o Universal, seriam pseudodescritivas e pseudoexplicativas – meros malabarismos verbais fomentados pela frouxidão lógica da sintaxe das línguas naturais.

Este tipo de diagnóstico é duplamente arrogante: condena a filosofia sem abrir mão de filosofar. Isto porque a análise crítica da linguagem em que são vazadas as teorias filosóficas é uma forma de filosofar, mesmo quando se diz puramente lógica. Até quando de modo autofágico decreta seu próprio fim, sua impossibilidade de ser conhecimento (de primeira

ordem), a filosofia conserva sua arrogância originária de ser um conhecimento (de segunda ordem) final. No último parágrafo do *An Enquiry concerning Human Understanding* Hume (1952, p. 509) propõe que se lance às chamas o que não é raciocínio formal ou experimental. Os empiristas lógicos e Wittgenstein - tanto o do *Tractatus* quanto o das *Untersuchungen* – seguem as pegadas humeanas quando optam pela arrogância filosófica de tipo *negativo*: a argumentação que destrói a filosofia como projeto cognitivo é ela mesma filosofia. É como se para ser boa filosofia a filosofia precisasse desqualificar a si mesma. O importante seria ela dar a última palavra sobre si mesma.

Na aparência, a filosofia é em alguns autores e em determinados momentos de sua história explicativamente mais pretensiosa que em outros. A tese que defendemos é a de que, no fundo, a *hybris* explicativa é a tônica de seu evoluir. Se no seu alvorecer parece natural a filosofia apresentar-se como capaz de prover a explicação geral de tudo, não se pode dizer que nos séculos seguintes o ímpeto onieplicativo amainou de modo significativo. A humildade epistêmica é rara e não se pode sequer dizer que se faz presente nos momentos em que a filosofia conduz a si mesma para o cadafalso. Contrariando a dura assertividade do último parágrafo do *An Enquiry*, Hume (1998, p. 152) salienta que “nada pode ser mais contrário à filosofia que ser positivo ou dogmático sobre qualquer assunto”. E arremata: “estou convencido de que nos casos em que se mostram mais seguros e arrogantes estão os homens comumente mais errados, já que dão espaço para as paixões deixando de lado a deliberação apropriada e a dúvida, que são as únicas capazes de evitar que se cometam as mais grosseiras absurdidades”.

O conhecimento científico tem ficado a meio caminho entre a *episteme*, ou a *veram & certam scientiam* postulada por Descartes (1950, p. 76), e a *doxa* platônicas. Entre os cientistas é cada vez maior o reconhecimento de que mesmo que a verdade tenha sido alcançada não se tem como saber enquanto a pesquisa prosseguir. A teoria da relatividade de Einstein pode ser uma explicação definitiva, pode ser a expressão da verdade sobre os fenômenos aos quais se aplica; só que a nenhum cientista é dado saber isso. Enquanto for testada sempre haverá a possibilidade de se encontrar evidência relevante contra ela.

A consciência metacientífica da falibilidade não tem contribuído para diminuir a arrogância explicativa da maioria das filosofias. E se a soberba intelectual tem sido maior no tratamento das questões que fomentam querelas seculares é porque é difícil, ou quiçá impossível, se chegar a uma modalidade (objetiva) de conhecimento sobre determinados temas e problemas. Para piorar, no panorama filosófico contemporâneo a busca do conhecimento *provado* tem sido substituída com frequência pela arrogância do retorismo, pela engabelação discursiva. Sinal da crise intelectual de nosso tempo é o discurso filosófico vazio ser o mais pretensioso. Em parte, o fato de a arrogância intelectual ser encontrada onde menos se justificaria resulta de algumas áreas do saber serem mais modos de o homem dar sentido ao que pensa e faz que construtoras de embasadas explicações de fatos.

Os modos escolhidos pelas pessoas para viverem e vivenciarem a realidade não resultam de cálculos ou testes. Derivam de visões, quase sempre impressionistas, fornecidas por metafísicas, religiões, obras literárias ou simplesmente pelo senso comum. Por isso se mostram vulneráveis às manipulações dos sacerdotes das palavras que, por meio do gongorismo especulativo, ludibriam a audiência promovendo catarses lingüísticas sobre assuntos refratários a abordagens objetivas. As teorias da filosofia e das ciências humanas e sociais que fazem mais sucesso são as que cativam os leitores misturando razão e emoção, objetivo e subjetivo, o aparentemente comprovado e o cavilosamente ideologizado. Quanto

mais uma pesquisa se esmera em ser metodologicamente sustentável menos apelo (emotivo) encerra.

Quando se trata de lidar com os chamados problemas da vida, os *Lebensprobleme* como os denomina Wittgenstein, não há como empregar tratamento objetivista. Passa a ser forte a tendência a se discorrer “livremente” sobre eles. As mais instigantes questões sobre a condição humana, as coisas do coração e os dilemas existenciais do homem, acabam enfrentadas sem a ajuda das técnicas de pesquisa desenvolvidas pelas várias ciências. Tem carradas de razão Wittgenstein (1971, 6.52. p.187), quando assinala que “ficamos com a impressão de que mesmo que todas as possíveis questões científicas fossem respondidas nossos *problemas da vida* permaneceriam intocados”. Como observa Pascal (1913, p. 4), há uma clara oposição entre “os que julgam com base nos sentimentos, e não compreendem em que se fundam e fundamentam as coisas da razão, e os que julgam com base nos princípios e não compreendem nada das coisas do sentimento”. Só que simplesmente misturar o *esprit de géometrie* com o *esprit de finesse* não contribui para um melhor entendimento nem das coisas da razão e nem das coisas do sentimento.

Sendo as teorias da filosofia especulativa epistemicamente frágeis, o que faz com que sejam tão facilmente endossadas como genuínas explicações? Em que pese a ciência vir historicamente absorvendo problemas que um dia receberam tratamento filosófico, as questões mais momentosas da vida pessoal e social não são enfrentadas por teorias passíveis de controle empírico. Isso faz avançar o *achismo* dos pseudo-intelectuais e a oratória arrebatada das Grandes Teorias e das Causas Redentoras. Fora dos setores nos quais as relações intelectuais entre os homens são regidas por imperativos de (*profi*)ciência, tendem a prevalecer as emoções/paixões ideologicamente retorizadas.

O trabalho intelectual na atualidade se desenvolve nos seguintes três grandes domínios: o das ciências formais (voltado para a demonstração), o das ciências factuais (voltado para a confirmação ou refutação empírica) e o da retórica humano-social (dedicado à persuasão). É marcante o papel da retórica nos campos da filosofia, literatura e religião. Em dissonância com a pretensão da filosofia de ser uma forma de cognição, algumas de suas vertentes se dedicam a persuadir desprezando os requisitos basilares da razão e os usos logicamente cuidadosos da linguagem. As ciências humanas e sociais tendem a ser saberes híbridos na medida em que abrigam tanto rebentos retóricos quanto boa pesquisa empírica. Em seu interior é forte a propensão a lidar com assuntos existencialmente inquietantes e comunitariamente relevantes invocando cuidados metodológicos básicos apenas para contrabandear preferências ideológicas.

Fora das ciências naturais e formais, levar alguém a acreditar em alguma coisa costuma depender mais de afinidade ideológica e de convergência afetivo-emotiva que da qualidade lógica da argumentação e da quantidade e qualidade da evidência empírica recolhida. Induzir uma pessoa a pensar de um modo para levá-la a fazer determinada coisa é consequência, num bom número de casos, de tê-la simplesmente persuadido; de tê-la feito abraçar determinado tipo de crença sem prover (boas) razões para tanto. Subsiste nitidamente um fosso entre as ciências empírico-formais e os campos do saber que constroem discursos nos quais se misturam de forma nebulosa retórica, ideologia e desmesurada ambição explicativa.

A tricotomia *formal, empírico e retórico* é vista como artificial pelos que adotam o vale-tudo epistemológico; seriam os saberes indiferenciáveis em termos de valor cognitivo. O socioconstrutivismo, a sociologia cognitiva da ciência, ao apregoar que toda (a) produção

intelectual - o racional e o irracional, o verdadeiro e o falso - pode ser socialmente explicada (Cf. Bloor, 1991) se torna um apoio indireto ao especulativismo e ao retorismo. Ainda que sem o desejar, reforça a visão, hoje em voga, de que nenhuma modalidade de pesquisa tem como se sobressair como metodologicamente *mais confiável*. Se não é possível diferenciar epistemicamente os saberes, é inevitável que se transfira para a retórica o poder que a partir da ciência moderna foi conferido à matemática e ao método empírico.

Não se pode negar que, no fundo, todas as questões, naturais ou sociais, acabam fazendo parte do que genericamente se pode qualificar de ciência do homem que é, como bem a caracteriza Hume (1969, p. 43), “o único fundamento sólido para as outras ciências”. As diferenças entre o empírico, o formal e o retórico correspondem não só a diferentes formas de (pretensão) conhecimento, mas também a modos de o homem tentar dar sentido à sua experiência histórico-vivencial global.

Desde suas origens pré-socráticas, a filosofia substantiva acalenta a pretensão de elaborar, por meio apenas do pensamento puro, Teorias Totais da Realidade. Das regras do método às teses metafísicas, passando pelas discussões ontológicas, quase nada produz consenso em filosofia. Na verdade, o fogo cruzado da polêmica pouco intercâmbio crítico efetivo promove entre as teorias filosóficas. Na falta de um critério de cognitividade, assim reconhecido e acatado por todas as Escolas, pode um filósofo reputar explicação embasada o que não passa de delírio especulativo retoricamente disfarçado. Diante desse quadro, em alguns de seus mais lúcidos momentos a filosofia se transforma em metafilosofia preocupada em determinar se as questões filosóficas são genuínas e se as respostas dadas a elas geram *de facto* conhecimento.

Não tem uma filosofia justificativa para forjar seu próprio método, tratar as questões clássicas como se fossem *suas* e julgar as diferenças com as outras à luz de seus próprios pressupostos como se tudo isso não redundasse em intratável incomensurabilidade entre ela e as alteridades. A incomensurabilidade evidencia que não é preciso entronizar o experimentalismo para reconhecer a infertilidade de muito do que se faz em filosofia. O pecado mortal do especulativismo não é a falta de resultados práticos e sim o de usar retóricas especiosas para ocultar o vazio descritivo e o “autismo” explicativo. Passados séculos, cada escola de filosofia continua avaliando de modo “solipsista” os conflitos interpretativos que mantém com as demais. Como se visões excludentes pudessem coexistir indefinidamente sem haver necessidade de compará-las objetivamente de modo a se optar justificadamente por uma delas. Como se a *diaphonia*, a contraposição explicativa, se dissipasse por meio da decretação da *isostheneia*, da equiipolência das razões. Como se a performance retórica superior fosse suficiente para justificar o endosso a uma delas.

A falta de universalidade metodológica leva ao enclausuramento, ao *ismo* auto-subsistente, sem que isso diminua a força psicossocial da filosofia. A confusão conceitual e o poder explicativo nulo só prosperam porque, gerando a ilusão de conhecimento, promovem a assunção de atitudes diante do mundo e da vida. O discurso desprovido de valor cognitivo que explora significados expressivos tem enorme impacto psico-existencial por contribuir, entre outras coisas, para *estetizar*, *moralizar*, ou simplesmente verbalizar, o desconhecimento que se tem sobre quase tudo e sobre o Todo. A falta de vitalidade explicativa não impede que a filosofia, à semelhança da religião e da arte, tenha o poder de formar consciências ocupando os vácuos explicativos deixados pela ciência.

Mesmo não havendo a intenção de levar água para o moinho dos que absolutizam as ciências formais e naturais, não se pode deixar de reconhecer que a insubmissão a critérios

epistêmicos rigorosos faz com que o debate filosófico degenera em peijas puramente verbais. Quando posições antagônicas não têm como ser objetivamente avaliadas, a controvérsia se torna endêmica. Não se deve por isso confundir pluralismo explicativo, diversidade de óticas passível de arbitragem em termos de méritos relativos, com improficuas disputas inconclusivas.

O Princípio da Proliferação, da variação e multiplicação de perspectivas, é salutar e pode contribuir para o avanço do conhecimento. Mas as polêmicas que se arrastam indefinidamente impedem o progresso cognitivo por se desenrolarem de modos que inviabilizam a comparação objetiva que torna possível a superação de resultados. O fato de *insights* metafísico-filosóficos eventualmente terem o poder heurístico, como sustenta Popper (1978, p. 187-8), de sugerir caminhos para a pesquisa empírica não lhes confere valor intrínseco. Não sendo conhecimento, acabam confinados à função subserviente de *inspirar* a produção de conhecimento.

Tentar saber o que é a realidade – como abordá-la, o que nela destacar e como hierarquizar suas formas de manifestação – gera inevitavelmente discussões filosóficas. Não há como defender esta ou aquela forma de acesso à realidade – por exemplo, realista ou idealista – recorrendo apenas a proposições empiricamente comprováveis. Pode-se chamar de ‘metafísico’ o sistema de idéias por meio do qual se define o tipo de abordagem que se faz dos fatos dispersos e fragmentários que constituem o mundo. Optar por reduzir a realidade ao conjunto de suas aparências ou, *a contrariu sensu*, identificá-la com essências absconditas leva a modos excludentes de problematizar o que nela ocorre, de se posicionar diante dela e de se comportar nela.

Determinar, por exemplo, o que no mundo existe por si mesmo, o que existe como efeito de alguma coisa, o que é particular finito e fugidio, o que é eterno na sua universalidade auto-subsistente, não tem como deixar de desencadear densas controvérsias. O problemático é não se ter como superá-las. O que é a verdade? Como distinguir a conduta certa da errada? Existe Deus? O que é a natureza? Os eventos que se desenrolam no universo são expressões de propósitos cósmicos ocultos ou apenas os efeitos inexoráveis de forças naturais? Qual a relação entre os fenômenos físicos e os mentais? O que define uma sociedade justa e como a ela chegar? Como arbitrar divergências axiológicas e como justificar a preferência por determinadas atitudes morais? São absolutas as diferenças entre bem e mal? Fica o estudioso condenado a um cárcere conceitual ou lingüístico quando adere a um sistema de idéias? De que tipo de liberdade pode desfrutar o homem? A que tipo de coerção institucional deve se submeter para que a ordem social seja possível? Sofre o homem a ação de determinismos que o impedem de ser um ente responsável?

O fato de essas e uma série de outras questões não terem como ser respondidas recorrendo-se às técnicas típicas da pesquisa empírica adotadas pelas ciências maduras não autoriza o vale-tudo epistemológico. A impossibilidade de se alcançarem respostas objetivas e universais para elas não as condena a receber tratamento puramente retórico. Como não ocorrem em filosofia *destruições criativas* que decretam a obsolescência explicativa das teorias, tudo pode ser sempre retomado em outras bases. Nada há de anacrônico em alguém hoje se dizer, por exemplo, platônico. Sempre que conseguiram se apropriar de problemas durante muito tempo enfrentados pela filosofia especulativa, as ciências produziram exitosos resultados explicativos. Só que nem todo desafio intelectual admite tratamento científico.

O panorama da cultura contemporânea está contaminado por um tipo de arrogância intelectual que se revela ainda mais deletério que o clássico ao substituir a imperiosidade da justificação epistêmica pela liberdade da manipulação retórica. Se a teoria

sobejamente testada e confirmada leva o pesquisador a ter a humildade socrática de reconhecer que a qualquer momento algo pode surgir contra ela, como pode o filósofo especulativo com empáfia se apresentar como tendo conquistado a verdade e a certeza? Ainda pior é a irresponsabilidade metodológica do retorismo filosófico que supõe possível desvendar o complexo funcionamento da Realidade, ou de algumas de suas subtotalidades, por meio da livre associação de palavras.

Por encararem o conhecimento como sendo edificado *contra* o senso comum, em total ruptura com ele, as filosofias racionalistas e idealistas são as que mais cometem o pecado da soberba intelectual. Ambas tendem a pensar que se uma teoria for epistemicamente validada não estará sujeita a revisões. Tirante os poucos falibilistas e os dedicados à atividade de análise conceitual, a luta filosófica se trava entre os que ingloriamente perseguem Certezas e Verdades e os cínicos que arditamente se devotam a apresentar como conhecimento o que não passa de prestidigitação verbal.

Já está mais do que na hora de a filosofia renunciar a alcançar um tipo de conhecimento supra ou transempírico. Teorias generalistas de primeira ordem que não têm como ser contrastadas com qualquer estado da realidade são destituídas de valor explicativo. Não é o que pensa, por exemplo, Hegel quando, em defesa da dialética, considera a matemática um sistema defeituoso de conhecimento – por nela prevalecer o ponto de vista puramente quantitativo - e desastrosa sua influência sobre a filosofia. Adotando a História como modelo, Hegel (1969, §737; 2004) nela busca inspiração para defender a tese de que a realidade é “contraditória”. Em sua opinião, quantidade e mensuração não são essenciais em virtude de não ser possível medir pensamentos ou pesar idéias. Para o idealismo hegeliano não há como confrontar o pensamento com a realidade por ser a realidade pensamento. E para culminar, Hegel apregoa não que a verdade é *sobre* o todo, um holismo defensável, e sim que a verdade é o Todo - um holismo que indistingue o epistemológico do ontológico.

Talvez até para não dar a impressão de perda de abrangência explicativa em comparação com as religiões e os mitos, a filosofia especulativa nasceu holista. Faz todo sentido os pré-socráticos se devotarem à busca da *arché*, do princípio primeiro e fundamental a partir do qual todas as coisas se originaram. Só que holismos como o de Hegel são epistemicamente refratários a controles metodológicos rigorosos. Combinam arrogância e impotência explicativas. Na era da ciência a indigência explicativa das Grandes Teorias Especulativas é disfarçada por meio de cativantes metáforas sobre a condição humana. A Alegoria da Caverna de Platão propõe um tipo de dualismo entre essência e aparência que, em diferentes versões, se tornou recorrente no pensamento ocidental. O filósofo é o arqueólogo que escava, construindo conceitos por meio dos quais atravessa as camadas da ilusão, até encontrar a Caverna e resgatar a espécie humana que lá vive aprisionada. Ou o oftalmologista que prescreve as lentes com as quais a humanidade logra enxergar o mundo como efetivamente é

3. A Alegoria da Caverna como Cânone Metafísico

Na história da filosofia ocidental a desmesurada ambição explicativa fica sempre aquém da capacidade de justificação epistêmica. A filosofia nasce da constatação, entre outras, de que as aparências, o que se oferece à observação imediata, podem se revelar enganosas. E daí passa para a desqualificação geral e inapelável do senso comum. Apegar-se

ao registro imediato das coisas estaria sempre *errado*, equivaleria a deixar de apreendê-las como são para além do que parecem ser.

É inegável, como ressalta Descartes nas *Méditations*, que à primeira vista, o sol parece estar perto de nós e, no entanto, está longe. Parece pequeno e é grande. As primeiras impressões que formamos da Terra mostram que podemos incorrer em erros banais de representação: parece plana, mas é redonda. Parece imóvel, mas gira em torno de si e do sol. A vida social também é geradora de “obviedades” enganosas. Para alguns, parece cooperativa quando é conflituosa e vice-versa. A filosofia especulativa se aproveita desse tipo de constatação para defender a contraposição entre *completa ilusão* e conhecimento indefectível. Isso a leva a propor teses chocantes como, por exemplo, a dos eleatas de que o movimento não existe.

Já em suas primeiras erupções as especulações metafísicas não só aspiram a ser a Verdade sobre a Realidade como colocam de modo completo e inapelável sob suspeita todas as explicações que derivem do *ver* por suporem que não alcançam o Ser. Pressupõem que do que se vê nada é o que parece ser. *O que* o senso comum toma por realidade seria sua superfície especiosa de aparências. Por pensar a realidade baseando-se no que constata, o senso comum é acusado de só produzir erros sistêmicos de apreensão, categorização e conceituação.

Os “externalistas” advogam que o pensar comum se engana quando se crê autônomo, quando não se percebe determinado por fatores - político-econômicos ou sociais em geral - extrínsecos a ele. As razões apresentadas pelo agente para sua conduta não são as causas que efetivamente a determinam. Em síntese, a maioria das Grandes Filosofias exibe propensão a decretar que nada é como (*a*)*parece* nem no mundo exterior dos objetos e nem no universo interior dos sujeitos. Chega a filosofia ao paroxismo da arrogância quando desqualifica tudo para se credenciar a tudo explicar.

A formulação de uma Teoria da Suspeição – as pessoas não agem com base nos motivos alegados – e de uma Teoria da Ilusão – a realidade não é o que parece ser – demandam a elaboração de uma Filosofia capaz de apreender e explicar o *ser* do que está dentro e fora do homem. Talvez o sucesso das filosofias da suspeição e da ilusão – independentemente de se propostas separadas ou juntas - possa ser creditado ao fato de magicamente apontarem para poderes ocultos unificadores como *explanans* para o que se oferece de modo disperso e fragmentário à observação. Até um materialista como Marx (1906) opera o tempo todo, tanto nas obras de juventude quanto em *Das Kapital*, com o pressuposto de que “a ciência seria supérflua se a essência e a aparência coincidissem”. As filosofias mais influentes são as que propõem Grandiloqüentes Denúncias Generalistas contra as Ilusões Totais da Consciência, as que se concedem o poder de conhecer a Verdade desqualificando globalmente os modos comuns de pensar como redes de equívocos sistêmicos.

O fato de não se ter como apreender de modo naturalista o que é a realidade em si – sem a mediação de molduras lingüístico-conceituais – contribui para a proposição de variadas ontologias. É comum se tomar alguma categoria de entidade - como os *simples* postulados na passagem conhecida como “Sonho de Sócrates” do *Teeteto* de Platão (1965, p. 301-2) - como básica ou fundamental. Ou como encarnação maior da Realidade ou do que a realidade tem de essencial, reputando as demais entidades “ilusórias”, irrealis ou menos reais. No plano mental se apregoa que a consciência se engana: suas ações não são determinadas pelos móveis que ela identifica como seus. E que até por auto-engano, a consciência se vê tomando decisões

que supõe frutos de escolhas conscientes, mas que são resultados da atuação de forças sobre as quais não tem controle. Nesse tipo de esquema metafísico - que contrapõe o suposto e o efetivo, o aparente e o real - incumbe ao filósofo descobrir como se forma a teia de ilusões e como é possível desvencilhar-se dela. Ao desnudar as ilusões de realidade geradas pelos cenários fabricados, a filosofia desmonta o Teatro de Sombras. E para coroar esse épico da inteligência, a filosofia mostra como deve ser dar o acesso à Realidade.

As teorias que têm se mostrado mais influentes pintam o homem como refém de forças que ultrapassam sua (boa) consciência. No fundo, o ocidente filosófico nunca se livrou do domínio espiritual da Alegoria da Caverna de Platão (1952, 514a-515a), a mais bela peça filosófico-literária até hoje produzida. Nas filosofias que mais têm impactado os modos de ser e pensar do homem é recorrente a idéia de que os grilhões materiais e simbólicos são sistêmicos. O pressuposto compartilhado é de que a camada magmática das forças determinantes não é acessível pela observação. Para além de todas as ilusões, natural ou artificialmente criadas, é preciso buscar o que existe em si e por si mesmo, a essência recôndita que explica a epiderme visível. Só que essa sempre admirada tese de que os fatores ocultos provocam os efeitos tangíveis nunca foi minimamente comprovada. O que esse tipo de filosofia no fundo estatui é que não há conhecimento do parecer, só do Ser. O autoconhecimento não existe; o que se toma por tal é a (auto)consciência alienada – iludida e equivocada sobre si mesma. E o grave é que a visibilidade diretamente acessível se presta a esconder a determinação oculta.

Freud destaca os enredos especiosos criados pela consciência para lidar com o que lhe escapa, com os mecanismos que a fazem ser diferente do que pensa ser. No fim da XVIII de suas *Conferências Introdutórias*, Freud (1922) declara que “a ânsia do homem por grandeza está agora sofrendo o terceiro e mais rude golpe desferido pela pesquisa psicológica atual empenhada em provar ao “ego” de cada um de nós não ser ele sequer o dono de sua própria casa; e que deve se contentar com as gastas sobras de informação sobre o que está acontecendo inconscientemente em sua própria mente”. Sendo assim, nem senhor de sua mente é o homem. Como observa Campbell (1990, p. 2), desde Freud e Jung temos perdido a confiança na capacidade das explicações racionais que damos de nossas motivações e ações, de nossos projetos e compreensões, de revelar o que está realmente acontecendo. Nada, segundo essa perspectiva, influenciaria menos a conduta que as idéias, que os produtos da razão.

Para Marx (1904, p. 11-2), o autoconhecimento, o puro conhecimento de si, também não tem como ser alcançado: “não é a consciência dos homens que determina seu ser; é sua existência social que inversamente determina sua consciência”. Só um Robinson Crusoe tentaria ter ou descobrir uma identidade pessoal independente da rede econômico-social da qual é parte. Só existe, no fundo, o conhecimento do processo histórico-social. A libertação se conquista contra a alienação que impede o sujeito de se perceber como membro - ontologicamente determinado - de uma classe social que lhe define o ser e o agir.

Os exemplos de Marx e Freud indicam que o conhecimento, a superação do desconhecimento de si, precisa partir de um desmascaramento das ilusões referendado por uma explicação de como se formam e de como pode se dar sua eliminação. Isso significa que confinado à sua compreensão de sua existência - sem a ajuda do conhecimento filosófico, sociológico, psicológico, econômico – o homem está condenado a viver sob o domínio de fantasmas que ele mesmo cria sobre sua condição. Só por meio da Análise ou fazendo a Revolução pode se libertar dos grilhões simbólicos ou materiais. Tudo isso, na verdade, é paráfrase do Mito da Caverna.

A racionalidade não é o que pensa espontaneamente o sujeito sobre si mesmo, sobre sua consciência e sua inserção social. Como o homem é permanentemente arrastado pelo engano racionalizado, só é conhecimento o que tem capacidade de furar a névoa que recobre o *Lebenswelt* (o mundo da vida) para chegar à explicação pela identificação dos determinantes ocultos. Quando associado a interesses de classe, o erro é visto como ideologicamente motivado por ser causado pela (e para a) dominação político-econômica. E quando fruto de determinações inconscientes representa o mascaramento que esconde o sujeito de si mesmo.

Um erro pontual e específico pode ser conjunturalmente flagrado e eliminado. Já a ilusão – fomentada, por exemplo, por ignorar alguém que sua identidade pessoal é epifenômeno de sua situação de classe ou que sua consciência desconhece os recalques que o inconsciente a faz ter – não é um equívoco circunstancial ou local; não tem como ser superada pela consciência - por suas forças desassistidas - que é vítima dela. Para o marxismo, o único meio de efetivamente se arrancar o véu da ilusão do homem é a revolução que põe fim à exploração. O único procedimento capaz de diminuir o auto-engano da consciência é o processo de análise conduzido à luz do conhecimento psicanalítico.

Defendemos a tese de que nas erupções mais pretensiosas da filosofia e das ciências sociais no ocidente pode-se encontrar a Alegoria da Caverna como substrato metafísico. No que tem de explicativamente mais ambicioso, a filosofia ocidental reverbera o esquema de pensamento presente no Mito da Caverna. O intelectual confere a si mesmo a capacidade especial, quase divina, de apreender o que escapa ao comum dos mortais: as gaiolas invisíveis, o erro sistêmico, a obnubilação coletiva, a ilusão generalizada. Só ele se dá conta de que o que se toma por realidade nada mais que é sua expressão externa fantasmagórica. E só ele sabe indicar como pode o homem se libertar dessa enganosa realidade.

Ora, se a Caverna é o cárcere completo da consciência, gerador de erros sistêmicos totais, como seria possível identificá-la? Sendo o espaço *natural* onde o homem vive, e não uma temporária locação na qual foi aprisionado, como perceber sua existência, como saber que dentro dela são produzidas apenas representações enganosas? Como se livrar da Caverna se é nela que o homem *naturalmente vive*? É preciso ter presente que a Caverna não é apenas um modo (equivocado) de ver (as coisas) – é antes de tudo um modo enganoso de viver. No fundo, se confunde com a realidade, com os modos de percebê-la, que subsiste no universo das relações interpessoais.

Existe arrogância intelectual maior que a do pensamento que se considera capaz de desvendar a existência da Caverna das Ilusões, do Cárcere Total, na qual se desenrola o ver e o (con)viver dos homens? Na sua soberba inextinguível o filósofo se credencia não só a detectar os mecanismos que no interior da Caverna geram a ilusão permanente, mas também a aviar a fórmula da libertação dos prisioneiros, que, por acaso, somos todos nós. Eis como se alcança o ápice da arrogância especulativa: 1) a sobre-humana descoberta da Caverna das Ilusões; 2) a constatação de que o homem vive lá como um prisioneiro sem assim se perceber; 3) a identificação dos mecanismos responsáveis pelas visões (especiosas) das coisas em seu interior; 4) a denúncia do mundo ilusório, dos esquemas perceptuais por ele originados, que escraviza a consciência; 5) a indicação da saída, do caminho da libertação.

Constatar, explicar, denunciar e libertar: eis o que a filosofia se apresenta capaz de fazer para impedir que o homem continue refém das sombras que o impedem de ver a realidade tal qual é. A filosofia se aproxima um pouco da onisciência e da onipotência ao se considerar capaz de desmascarar o não-ser tomado por ser, de apreender o Ser e de libertar o

homem das teias invisíveis que o enredam. Há muito de religioso, de salvacionista, nesse tipo de arrogância filosófica.

A despeito das dúvidas que gera quanto à sua capacidade de produzir alguma forma de cognição, o esquema filosófico inaugurado pela Alegoria da Caverna acabou se tornando uma espécie de compulsão à repetição na metafísica especulativa. Está subjacente aos esquemas explicativos globais dos pensadores que se mostraram mais influentes no século 20. Os sistemas filosóficos que mais têm seduzido são os que decretam o fim do erro, da história e do mal. O sonho da conquista da Verdade Total sobre a Realidade aspira a afastar para sempre o questionamento dubitativo, a desarmar a armadilha do erro, a banir o mal e a injustiça e a dissolver a cerração que veda o acesso do pensar à Realidade.

A pretensão de algumas filosofias especulativas de chegar à Verdade pressupõe que para além dos espetáculos cambiantes que a realidade encena se esconde a Realidade. E como supõem que a Verdade é libertadora, encaram a identificação dos grilhões simbólicos, e a explicação de sua formação, como o que torna possível a destruição das algemas de ferro. É um tipo de filosofia que seduz por muito prometer: do conhecimento perfeito à libertação pessoal e coletiva, passando pela consciência transparente a si. E como bônus exime os indivíduos de carne e osso – suas decisões e ações – pelas mazelas do mundo. Algo maior, sistêmico, os ofusca e oprime e só uma apreensão dos determinantes estruturais, principalmente econômicos, ou uma terapia que alcance os subterrâneos do psiquismo pode acabar com as fantasmagorias que levam aos encarceramentos materiais ou simbólicos.

As filosofias que sonharam com o fim da História entendido como o completo desaparecimento das ilusões, a realização da verdade no mundo – ou fora dele – são herdeiras do Mito da Caverna. A pretensão de inaugurar uma era de perfeito equilíbrio, de prevalência do universal pela subordinação funcional e estrutural dos interesses particulares ao ideal do bem comum repete o esquema de pensamento que vincula a verdade à libertação. Ao apreender a realidade *qua tale*, o homem se livra das fantasmagorias intelectuais e materiais que cria sobre ela. E a conquista da verdade lhe permite realizar o Ideal no real. Pode existir roteiro filosófico mais emotivamente cativante e mais cognitivamente simplista e pretensioso?

Na falta de controles empíricos, acaba a postulação de essências recônditas e determinações ocultas quase sempre levando à criação de teorias mirabolantes. A filosofia jamais dispôs de um método que a credenciasse a produzir teorias que atravessassem as diferentes camadas da realidade, furando os vários véus das aparências, para chegar à plena e definitiva coincidência com a Realidade, com o que nela há de invariante e/ou eterno. A análise conceitual do discurso filosófico especulativo pode levar à conclusão de que as *ilusões de apreensão da realidade* por ele denunciadas nos modos comuns de ver são produtos de *ilusões de linguagem* do denunciante.

Por não se contentar em identificar, compreender e ensinar a superar erros e jugos localizados, a filosofia especulativa aponta para as dominações completas e as ilusões totais. As Prisões Globais do Pensamento têm semelhanças de família com as *instituições totais* de Goffman (1961). Mas se a Caverna é constitutiva do estar do homem no mundo, como seria ao homem possível saber que está dentro dela? Como poderia saber-se iludido dentro dela, mapeá-la, entender como sua percepção funciona em seu interior e se dar conta de que vive se enganando? Sendo ela sua morada, como lograria o homem perceber que é sombra o que nela vê? E mais ainda: enquanto lá estivesse não haveria como deixar de tomar por realidade o que não passa de fantasmagoria. Em termos evolucionistas cabe indagar se pode uma espécie enxergar seu habitat natural de modo totalmente equivocado sem correr o risco de sucumbir.

Uma coisa é ficar à mercê das forças adversas específicas na realidade na qual se vive, outra bem diferente é não poder contar sequer com o instinto como guia primário, já que também ele faz parte do processo de ilusão generalizada.

Para poder contrapor a Realidade às fantasmagorias da Caverna, e lograr mostrar isso ao homem comum, o filósofo precisa poder, já no ponto de partida, intuir a existência da Prisão para depois poder localizá-la e investigar o que ela é e como as “coisas” se passam em seu interior. Não tem como procurar, sem serendipidade, algo que além de não saber o que é não sabe se existe. Além do mais, necessita estar ao menos parcialmente fora dela, conhecer ainda que de modo nebuloso e parcial sua natureza, para poder dar início ao processo de sua rigorosa dissecação crítica.

Caso faça parte da natureza do ser do homem comum viver na Caverna não tem como deixar de ficar completamente condicionado às condições de existência nela presentes. A filosofia é proposta como um artifício da inteligência capaz de localizá-la e tirar o homem de dentro dela. Como não tem o homem comum como se dar conta de que tudo ali é especioso – por sempre tomar por realidade o que nela desfila como sombra – o conhecimento que o salvará é totalmente exterior a ele. Não tem como se formar com base em vivências. Será provido pelos construtos filosóficos apartados do mundo da vida. Sendo seu modo de perceber as coisas determinado por sua inserção na Caverna – ou seria na Sociedade? – não tem como saber que vive nela iludido. Não tem como se aperceber de quão precários são seus registros perceptuais na situação em que nela vive. Mesmo porque precisaria (*se*) *ver* fora da Caverna para se perceber seu refém. O homem não tem como se dar conta *do que* – independentemente de se fruto do erro ou da ilusão – se incorpora a seu ser como se constituísse sua natureza.

O fascínio exercido pela filosofia especulativa deriva de se apresentar como capaz não só de apreender determinações ocultas, totais, como de prescrever o modo de superá-las; sua arrogância se expressa como poder de identificar “algemas ocultas” e de produzir o ferramental para destruí-las. Sendo assim, acima do saber instrumental da ciência se situaria o saber da filosofia que emancipa o homem dos jugos simbólicos e materiais. Psicanaliticamente falando, a filosofia especulativa pode ter inventado a Caverna para criar um esquema de pensamento que se aplica a objetos e sujeitos com a promessa de explicar os primeiros e libertar os segundos. A metafísica pode ter concebido uma entidade aprisionadora fictícia para se apresentar como capaz de conhecê-la e de libertar os que ela diz que lá vivem. Sendo assim, a libertação metafísica é a libertação da própria metafísica.

Se a ilusão denunciada é *man-made*, fruto de uma elaboração (histórica) humana, e não de determinantes naturais, poderia não ter se formado. E se produto da mente humana, o que fez com que se formasse? Se a razão filosófica liberta o homem de si mesmo, de ficções que o transformam em títere de si mesmo, então a Caverna é uma metáfora de como ele forja realidades que o oprimem e menos de como destruir as aparências naturais para que o Ser possa ser visto como é.

Se o exílio na Caverna é visto como histórico, como o é para Marx, pode o filósofo se apresentar como provedor do conhecimento cuja aplicação tem o condão de promover a reestruturação radical da vida social, a inauguração de uma Nova História. Marx é discípulo de Platão: sabe onde está a Caverna, conseguiu fazer seu mapa detalhado e se propõe não apenas a ensinar aos homens sua geografia como também a liderá-los no processo de libertação deles e de destruição da Caverna com as dinamites da revolução. A transição do capitalismo para o socialismo significa, para Marx, “o fim da pré-história”, a passagem da falta de controle do

homem sobre si, da alienação, para o desenvolvimento plenamente consciente da humanidade.

Se for eterno ou intemporal o aprisionamento na teia das ilusões, como o é para Shopenhauer (1962), o viver é depreciado como uma inutilidade marcada por sofrimento e dor. Se, como prega Platão, a Realidade é um mundo diferente daquele no qual vivemos – um Mundo de Idéias totalmente apartado deste - o crucial passa a ser saber como ir, por meio da dialética ascensional, de um para o outro.

Ainda que sejam mais rentáveis por suas aplicações, as construções intelectuais que se legitimam pela racionalidade instrumental - pelo controle preditivo de alguns tipos de fenômeno – são muito menos atraentes que as catárticas retóricas religiosas, filosóficas ou literárias. Com sua enorme capacidade de plasmar consciências, forjam discursos que invocam intangíveis existências, essências e transcendências para guiar as consciências sugerindo-lhes modos de pensar. O uso expressivo que fazem da linguagem pode lhes dar o poder de exorcizar fantasmas mentais que se tornam reais.

O ser humano se defronta com problemas pessoais e sociais diante dos quais lhe é cômodo acreditar na pregação de que é refém de um sistema de ilusões e dominações do qual pode se libertar pelo pensamento crítico ou pela práxis revolucionária ou pela combinação de ambos. As filosofias que adaptam o Modelo da Alegoria da Caverna elaboram metáforas sobre a condição humana que proporcionam o placebo da catarse verbal. O modelo filosófico que articula pensamento-denúncia e práxis libertadora tem sido proposto em várias versões. Seu sucesso se deve, entre outras causas, ao fato de gerar a impressão de prover uma completa compreensão do que o homem tem de essencial. E se estiver criando uma meta-ilusão em nome do combate a uma ilusão real e estrutural?

O aprisionamento da alma na Caverna das Ilusões demanda um extenso e penoso processo que vai da tomada de consciência da servidão ao heróico e sofrido épico da libertação. Independentemente de se esse processo se dá no plano individual ou social, pode-se dizer que de Platão a Freud, passando por Marx, a busca de conhecimento é uma atividade que só atinge seu objetivo maior quando destrói ilusões sistêmicas. É interessante notar que o retrato pessimista da condição (de aprisionamento) em que se encontra o homem é compensado pelo otimismo com que se acena para sua parcial ou total redenção. As forças que produzem a cegueira, a ilusão e a dominação – o sensível para Platão, o inconsciente para Freud e o modo de produção capitalista para Marx – podem ser colocadas sob total controle, como em Platão e Marx, ou parcialmente domesticadas como em Freud. As sombras do sensível podem ser vencidas pelo inteligível, a exploração capitalista pelo igualitarismo comunista e as pulsões do inconsciente podem se tornar ao menos parcialmente acessíveis à consciência.

O grande sucesso alcançado pelas filosofias arrogantes deriva de prometerem a destruição dos mecanismos sistêmicos geradores das contrafações simbólicas e de seus efeitos materiais; de prometerem a libertação dos indivíduos de algemas que não são construídas ou colocadas por eles mesmos. As filosofias que atribuem todos os males do mundo a engrenagens de um Sistema - ou de um subsistema como, por exemplo, o econômico – levam o ser humano a pensar que para ser muito melhor do que tem sido não precisa passar por profundas reformas internas por ele protagonizadas. Pode inclusive delegar a missão ao líder carismático, à vanguarda revolucionária ou a seu analista. Nesse caso, a proposta inicial de libertação baseada no saber pode desaguar na pura e simples subjugação ao poder camuflado com pseudo-saber.

Se nem mesmo os avanços da ciência moderna lograram esvaziar a influência do esquema de pensamento centrado na oposição “ilusão/realidade”, modelarmente encarnado pela Alegoria da Caverna, é porque as metodologias objetivistas não se aplicam aos problemas da vida. Depois de Galileu a ciência foi crescentemente se especializando, se confinando à resolução de *puzzles*, e os grandes temas da existência humana continuaram nas mãos da religião e da metafísica. Só que a importância vital dos assuntos metafísico-existenciais tem servido para preservar o poder psicossocial da filosofia especulativa. A crise intelectual de nosso tempo é conseqüência de as grandes questões humanas darem fama a Sistemas Filosóficos e Teorias Sociais que incorrem nas prestidigitações do retoricismo.

4. A Filosofia: De Denunciante a Denunciada

A despeito de se mostrarem explicativamente pretensiosas, as proposições da filosofia especulativa são normalmente pseudodeclarativas: têm a forma das declarativas, parecem fazer referência a estados da realidade sem que de fato o façam, parecem poder ser verdadeiras ou falsas sem que existam as evidências possíveis que permitiriam a elas atribuir valores-de-verdade. No texto típico da metafísica especulativa a função referencial da linguagem só aparentemente é cumprida; no fundo, predomina a função expressiva lastreada na criação de significados emotivos.

Mesmo quando nada asseveram de contrastável com a realidade, os enunciados filosóficos substantivos expressam – apesar de nominalmente se reportarem a coisas - mais estados do sujeito que fatos sobre os objetos. Ajudam a entender mais quem os produz e quem os aceita – o que, por exemplo, os motiva - que a realidade supostamente referida. Daí seu sucesso. Mais que conhecer, a metafísica fala do Ser para fazer o homem ser de determinados modos. Por mais que na maioria dos casos não chegue a cognições, a metafísica propõe visões que sugerem posicionamentos diante da vida. Ainda que explicativamente nulos, os grandes sistemas de idéias se destacam por definirem modos gerais de percepção da realidade.

No tratamento dos assuntos humanos em geral, e especialmente nos que se mostram mais suscetíveis de *politização*, *estetização* ou *moralização*, a capacidade retórica se revela mais decisiva que a argumentação lógica e a evidência empírica. É comum a teorização destituída de valor cognitivo, principalmente a que faz a confusão de linguagem parecer compreensão profunda, deter um poder psicossocial proporcional à ilusão de conhecimento que gera. Mais que buscar genuínas explicações, plasmar e direcionar as consciências pela retórica é o objetivo do poder intelectual perseguido por uma linhagem de pensadores que vai dos sofistas aos pós-modernistas, passando pelas diferentes estirpes de relativistas. Em tempos de retoricismo não apenas os juízos sobre o belo e o bom são relativizados, mas também os sobre a cognição (Cf. Boghossian, 2006).

Ao assumir desde suas origens a função de denunciante dos modos comuns de pensar, o saber filosófico se tornou intelectual e politicamente poderoso. A despeito das debilidades epistemológicas de suas teorias substantivas, a filosofia raramente se declarou socraticamente incapaz de gerar conhecimento *positivo*. Tampouco procurou ser modesta em suas pretensões explicativas. Poucos foram os pensadores que adotaram posição crítica diante da desmesurada ambição da filosofia de conquistar verdades e certezas por meio da razão pura. E poucos reconhecem que boa parte dos modos de fazer filosofia está sujeita a passar da condição de denunciante à de denunciada. Os que ousam fazer isso procuram

mostrar que mais que erradas ou falsas as teorias filosóficas consagradas a desmascarar ilusões podem ser desnudadas como compostas de proposições destituídas de significado (cognitivo). Podem, *in extremis*, se revelar incapazes, como afirma Schlick (1960, p. 86), até de comunicar *alguma coisa*: “o que o empirista diz ao metafísico não é ‘o que você diz é falso’, mas ‘o que você diz nada consegue asseverar’. Não o contradiz, mas diz ‘eu não o compreendo’.

A despeito de compatíveis com qualquer *estado de coisas*, as teses da metafísica especulativa atuam sobre os *estados dos sujeitos* pela inoculação de esquemas de percepção da realidade. Quando estão em questão as *coisas humanas*, mesmo as proposições desprovidas de significado (cognitivo) são significantes em termos psicossociais. Em tempos de ciência dura, estribada no experimental e no quantitativo, e de discursos qualitativos e valorativos sobre os aflitivos e momentosos temas humanos, a questão fundamental é determinar o peso do papel cumprido respectivamente pelas regras inferenciais da lógica, pelas evidências empíricas e pela retórica no desencadeamento de ações. Cabendo em muitos casos, como na matança ideológica do século 20, julgar eticamente as filosofias pelas conseqüências que provocam.

A modéstia intelectual resultante da consciência das limitações da razão e da precariedade dos procedimentos de justificação não tem o mesmo apelo (psicossocial) do esquema de pensamento que se diz capaz de libertar o homem de suas prisões internas e externas. Na modelagem da ação humana a verbalização racionalizada de emoções e sentimentos é mais poderosa que a cognitividade. Textos sobre o ser e viver do homem que ficam na fronteira entre a filosofia e a literatura são mais influentes, em termos psicossociais, que teorias científicas que sobrevivem a testes e resolvem *puzzles* específicos. Por essa razão, é errado supor que a arrogância intelectual sempre se confunde com a pretensão de conquista da Verdade. Atualmente sua forma mais comum é a do fetichismo verbal ou do teorismo ventoso que não se deixa afetar pelo que é e pelo que ocorre no mundo.

A arrogância intelectual se faz mais fortemente presente nas derivações metafísicas da Alegoria da Caverna que se dizem produtoras do conhecimento certo, construído contra o senso comum, que liberta o homem dos simulacros que o assombram e escravizam. A filosofia platônica é a expressão maior da pretensão de se chegar à *Explicação Total* propiciadora da libertação espiritual do homem. Mas enquanto o platonismo desqualifica o mundo sensível como um teatro de sombras sobre o qual nada se logra conhecer - e se considera capaz de apontar o caminho, e ensinar a trilhá-lo, que leva ao transcendente Mundo das Idéias - a pregação pós-modernista nada mais faz que propor a substituição do Mundo das Idéias pelo Mundo das Palavras. Pensadores sérios não podem acreditar que teias verbais sem significado (cognitivo) são uma alternativa à hipostasiação das Idéias em um Mundo auto-subsistente.

A atual crise intelectual é conseqüência de o abismo entre as ciências, empíricas e formais, e o exoterismo não ser preenchido por um saber filosófico que dispense tratamento confiável a seus problemas, principalmente os atinentes ao significado da existência humana. A despeito de seus extraordinários avanços, a ciência não tem autoridade para decretar a inutilidade e a obsolescência da filosofia. Para fazê-lo, precisaria ter competência para destrinçar ela mesma as questões da filosofia. Mas o fato de não ser possível aplicar abordagens objetivistas a determinadas constelações de problemas não legitima o retorismo, o contrabando de componentes emotivos e ideológicos pelas fronteiras do discurso vazio.

Por não impor uma e apenas uma leitura, o texto aberto permite que o leitor dele extraia o que se mostra afinado com suas expectativas e predisposições; pode o simpatizante

de certas obras filosóficas apreender, sem lograr nada aprender, o que lhe apraz. Não há uma e apenas uma *compreensão* do *Sein und Zeit* e do *L'Être et le Neant* que possa ser imposta como a *certa*. Espanta que na filosofia especulativa teses contrárias e contraditórias convivam sem que surja o clamor por arbitragem epistemológica. Como se, longe de colocarem um desafio epistemológico, a diversidade e a multiplicidade de óticas fossem apenas a expressão e a assunção de diferentes atitudes diante da existência.

Nas mãos de bons escritores, a frouxidão sintática das línguas naturais propicia o cativante exercício (pseudo)literário da filosofia. Só que assim cultivada, a filosofia tem de renunciar a erguer pretensões de verdade para suas asserções. A literatura não precisa se submeter a cancelas metodológicas para que suas obras encerrem valor estético, mas para ser conhecimento a filosofia não tem como evitá-las. Como a boa literatura não é – e não tem obrigação de sê-lo – conhecimento *stricto sensu*, a filosofia ao se fundir com ela passa a ser um híbrido sem cognitividade.

Não cabe atribuir ao cientificismo a inspiração das críticas dirigidas à filosofia e sim à tendência a reduzi-la, fora dos círculos da filosofia analítica, a especiosos jogos verbais. O proferimento de falsidades não é pernicioso em razão de poderem a qualquer momento ser identificadas; sem falar que sua superação costuma fazer o conhecimento avançar. Já os contorcionismos retóricos prestam um desserviço ao saber ao simularem conquistar verdades e ser confundidos com douda profundidade. Preocupam-se apenas em tornar atraente o dizer deixando de submetê-lo a qualquer controle lógico ou a qualquer crivo empírico.

Afirma Schopenhauer que não passam de brincalhões ou fanfarrões, para não dizer charlatões, esses pensadores que se consideram capazes de conhecer as razões primeiras e últimas de tudo quanto existe, de identificar a natureza do Ser primordial e absoluto. Concordando com essa avaliação, como qualificar os que simulam conhecer alguma coisa por meio de malabarismos retóricos? O esbulho do retorismo costuma ser pouco percebido porque os “assuntos humanos” propiciam a formulação de teorias que conseguem se colocar à margem de controles metodológicos primários. Impotentes para conhecer *objetos*, o especulativismo e o retorismo se voltam para a direção dos *sujeitos*.

A parte da filosofia que enveredou pelo retorismo o fez por ter optado pelo niilismo epistêmico. A que fez autocrítica preferiu se dedicar à análise conceitual. Um terceiro segmento propôs que a filosofia optasse pelo suicídio com ataraxia. Com empáfia *negativa* a filosofia proclama seu próprio fim. Seu ato final de arrogância é a decretação do fim de sua história. Nada desbancou a filosofia, nenhum campo do saber a superou; a ela coube proclamar seu próprio fim. Filosoficamente conduzida, a análise da linguagem, encarregada de identificar as fontes das enfermidades epistêmicas do filosofar, é a palavra final da filosofia sobre si mesma e sobre suas questões e resoluções.

Para os vários filósofos que propuseram a eutanásia da filosofia o último ato da filosofia – o grande final do enredo filosófico - seria ela mesma demonstrar que não tem condições de continuar a existir sem criar esbulho intelectual. Os que a supõem morta, se apresentam como capazes de levar a cabo sua autopsia epistêmica; os mais moderados continuam defendendo sua existência só que sugerindo duras profilaxias que a reduzem à análise conceitual. Entulhada de visões e concepções, a filosofia precisa diuturnamente fazer um balanço sobre si mesma para remover os dejetos explicativos e os equívocos que ela fomenta sobre si mesma. Ela é a única capaz de dissolver os pseudoproblemas que ela mesma gera. Mais que uma produção de doutrinas, de teorias sobre o mundo, a filosofia é uma atividade dedicada à formulação, e a tentativas de resolução, de questões de segunda ordem.

Mesmo quando nada lhe cabe dizer, pode muito bem *mostrar* a existência do inefável – o *das Mystiche* wittgensteiniano - e propor o silêncio sábio diante dele...

5) A Dissecção sem fim: Interpretar é Preciso, Conhecer, não

Por ser difícil comparar teorias filosóficas, estabelecendo méritos relativos, tem crescido o número de praticantes de uma neo-escolástica dedicada a exegeses cada vez mais microscópicas do pensamento de grandes filósofos. A dificuldade de fazer contribuições originais depois do Milagre da Filosofia Grega – e das inúmeras paráfrases ao longo dos séculos - é tanta que a maioria dos profissionais da filosofia se devota a minuciosos exercícios hermenêuticos sobre passagens fundamentais das obras de grandes pensadores. Há um número impressionante de livros e artigos tentando introduzir uma “nova leitura”, contrária à visão tradicional, de um filósofo consagrado. Esforçam-se para mostrar que aquilo que o grande filósofo quis efetivamente dizer envolve conhecer minudências só apreensíveis por especialistas que dedicam toda uma vida à obra dele. Ora, se textos filosóficos merecem re-interpretações ao longo do tempo é menos porque foram mal lidos e mais porque estão embebidos de multivocidade. A equivocidade suscita os mais apaixonados e espiralados exercícios hermenêuticos dos interpretativistas.

No mundo acadêmico é visto como sinal de *scholarship* conhecer a fundo um autor ou um *ismo*. Não sendo capaz de gerar conhecimento sobre segmentos específicos da realidade, uma saída para o filósofo tem sido se apresentar como profundo conhecedor de outro filósofo. Montaigne (1948, Livro III, p. 316-7) com propriedade assinala que “é mais trabalhoso interpretar as interpretações que interpretar a própria coisa; mais livros são escritos sobre livros do que sobre qualquer outro assunto; contentamo-nos em glosar uns aos outros”. De Montaigne aos dias de hoje, a tendência ao (meta)interpretativismo só tem feito aumentar e é o principal sintoma da atual falta generalizada de originalidade.

Tendo vivido em uma época em que a reconstrução do pensamento do grande filósofo já era uma obsessão, Montaigne de forma cáustica aponta o excesso de comentadores e a escassez de autores: “o principal e mais famoso saber de nossos séculos não consiste em saber entender os sábios? Não é esse o fim comum e último de nossos estudos?” É ferina sua observação de que “nossas opiniões sustentam-se mutuamente, de tal forma que uma serve de degrau à outra, à outra e assim sucessivamente (...) e quem sobe mais alto atinge freqüentemente mais reputação que mérito, pois não fez senão subir um átimo sobre as costas de quem vem logo abaixo”.

Todos esses comentários se aplicam de forma modelar ao que ocorre na cultura (acadêmica) contemporânea. Fazer exegese da exegese da exegese equivale a praticar uma hermenêutica que poucas vezes escapa da esterilidade. Lamentavelmente, essa tendência ao anatomismo, à necropsia das idéias, tem também tomado conta da bibliografia filosófica brasileira. O emprego retórico do jargão filosófico disputa espaço com as intermináveis exegeses do pensamento dos grandes filósofos. É muito mais fácil brincar com as palavras e muito mais seguro comentar as filigranas de textos consagrados que se aventurar, com diminuta chance de sucesso, pelo caminho pedregoso do filosofar inovador. No Brasil, alguns profissionais da filosofia, imitando *pseudopenseurs* franceses, adoram se proteger da instável e surpreendente realidade com blábláblá pomposo; supõem possível compensar a falta de criatividade com verbalismo ou comentarismo. Passam a vida toda dissecando a obra

grandiosa, por exemplo, de Platão, Aristóteles, Descartes, Kant e Hegel por incapacidade de elaborar seu próprio arroz-com-feijão filosófico.

Pode ter valor heurístico *reler* uma grande obra, mas mais importante que saber o que um autor clássico da filosofia quis efetivamente dizer, depois de já ter sido exaustivamente analisado, é formular novos conceitos, é fazer com que uma idéia fertilize outra; só isso faz o conhecimento avançar. Por subsistir incomensurabilidade entre as correntes filosóficas, o comentarismo é uma forma de esconder o enclausuramento, o exílio em um sistema de pensamento. Com isso, deixa de se colocar o desafio do intercâmbio crítico que, no fundo, é o mecanismo mais eficiente para se identificar objetivamente as virtudes e os defeitos conceituais e explicativos de cada escola de pensamento.

Hoje, a filosofia não tem como se apresentar como a rainha das ciências. Já não lhe cabe mais produzir teorias unificadoras sobre as diversas explicações alcançadas em domínios específicos da pesquisa científica; não tem como se propor a chegar a conclusões gerais sobre os resultados específicos que elas obtêm. Daí uma das formas mais profícuas de filosofar, reflexo da modéstia epistêmica, ser a que dá ênfase, no melhor estilo kantiano, à investigação das condições de possibilidade de coisas como o conhecimento, a moralidade, a sociabilidade, o belo etc. Além de se devotar à percuciente análise conceitual, o desafio da boa filosofia é refletir, por meio de metateorias, sobre a natureza da ciência, da arte, da moral, da sociedade, da política, da religião etc. Diante dos avanços da ciência deve a filosofia evitar assumir postura saudosista e passadista a favor da *razão contemplativa*. E mais ainda repelir, contra os neosofistas, a logomaquia.

Referências Bibliográficas

- Aristóteles (1948). *La Métaphysique*. Trad. de J. Tricot. Paris. J. Vrin.
- Bacon, F. (1952) *Novum Organum*. Chicago. Encyclopedia Britannica.
- Bloor, D. (1991) *Knowledge and Social Imagery*. Londres. Routledge and Kegan Paul.
- Boghossian, P. (2006) *Fear of Knowledge. Against Relativism and Constructivism*. Oxford. Clarendon Press.
- Campbell, R. (1990) *Truth and Historicity*. Oxford. Clarendon Press.
- Carnap, R. (1966). "The Elimination of Metaphysics through Logical Analysis of Language". In: Ayer, J. (org.) *Logical Positivism*. Nova Iorque. The Free Press.
- Descartes, R. (1950) *Méditations Métaphysiques*. Paris. Librairie Larousse.
- Descartes, R. (1970) *Règles pour la Direction de L'Esprit*. Trad. de J. Sirven. Paris. J. Vrin.
- Freud, S. (1922) *Introductory Lectures on Psychoanalysis [1916-7]*. Trad. de J. Riviere. Londres. Routledge and Kegan Paul.
- Goffman, E. (1961) *Asylums*. Nova Iorque. Anchor Books.
- Hanfling, O. (org.) (1996) *Life and Meaning. A Reader*. Cambridge. Blackwell Publishers.
- Hegel, G. W. F. (1969) *Science of Logic*. Trad. de A. V. Miller. Londres. George Allen & Unwin.
- Hegel, G. W. F. (2004) *Encyclopedia of the Philosophical Sciences*. Trad. de A. V. Miller. Oxford. Oxford University Press.
- Hume, D. (1952) *An Enquiry concerning Human Understanding*. Chicago/Londres. Encyclopedia Britannica.
- Hume, D. (1969) *A Treatise of Human Nature*. Middlesex. Penguin Books.
- Hume, D. (1998) *An Enquiry concerning the Principles of Morals*. Oxford. Oxford University Press.

- Klemke, E. D. (org.) (2000) *The Meaning of Life*. Nova Iorque. Oxford University Press.
- Marx, K. (1904) *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Trad. de N. I. Stone. Chicago. Charles H. Kerr & Cia.
- Marx, K. (1906) *The Capital. A Critique of Political Economy*. Trad. de Samuel Moore e Edward Aveling. Nova Iorque. Random House
- Montaigne (1948) *Essais*. Paris. Librairie Garnier Frères.
- Pascal, B. (1913) *Pensées*. Londres/Paris. J. M. Dent & Georges Crès.
- Platão (1965) *Theétete*. Trad. de Auguste Diès. Paris. Les Belles Lettres.
- Platão (1952) *The Republic*. Trad. de B. Jowett. Chicago. Encyclopedia Britannica.
- Popper, K. (1978) 'The Demarcation between Science and Metaphysics'. In: *The Philosophy of Rudolf Carnap*. Illinois. The Open Court Publishing.
- Schlick, M. (1960) 'Positivism and Realism'. In: Ayer, A. J. (org.) *Logical Positivism*. Illinois. The Free Press.
- Shopenhauer, A. (1962) 'On the Sufferings of the World'. Trad de T. B. Saunders. In: Taylor, R. (org.) *The Will to Live: Selected Writings of Arthur Schopenhauer*. Nova Iorque. Doubleday and Company.
- Spinoza, B. (1952) *Éthique. Démontré suivant l'Ordre Géométrique*. Trad. de Ch. APPUHN. Paris. Librairie Garnier Frères.
- Wittgenstein, L. (1971) *Tractatus Logico-Philosophicus*. Edição bilíngue com versão inglesa a cargo de C. K. Ogden. Londres. Routledge and Kegan Paul.
- Wittgenstein, L. (1968) *Philosophical Investigations*. Trad. de G. E. M. Anscombe. Nova Iorque. The Macmillan Company.